



7 • Correio Braziliense — Brasília, segunda-feira, 15 de abril de 2024

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,14% São Paulo	129.890 125.946	R\$ 5,121 (+ 0,6%)	R\$ 1.412	R\$ 5,448	10,65%	10,54%	Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28 Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83

FUNCIONALISMO

Servidores técnicos-administrativos da educação intensificam mobilização diante da negociação frustrada por reajuste salarial. Mais de 200 mil professores já aderiram à paralisação, UnB está entre as instituições afetadas

Universidades federais entram em greve

» FERNANDA STRICKLAND

Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Em pauta nacional unificada, os docentes pedem reajuste de 22,71%, dividido em três parcelas iguais de 7,06% em 2024, 2025 e 2026

Em meio a tensões entre o governo e o funcionalismo público, servidores da rede federal de ensino iniciam hoje uma greve geral. A paralisação envolve técnicos e professores de todas as instituições de ensino da União — escolas, institutos e universidades federais. Entre as instituições afetadas, está a Universidade de Brasília (UnB).

Essa é a primeira grande greve do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mais de 200 mil servidores federais da educação já aderiram à paralisação. Em pauta nacional unificada, os docentes pedem reajuste de 22,71%, dividido em três parcelas iguais de 7,06% em 2024, 2025 e 2026.

Ao **Correio**, o professor da UnB César Bergo afirma que os servidores da categoria de educação tiveram qualquer tipo de aumento congelado nos últimos anos. “Trata-se de um pedido justo, porque há bastante tempo não tem qualquer tipo de reajuste. Considerando a inflação desse período, há uma perda significativa de poder aquisitivo, que é realmente sentido por essas classes de trabalhadores”, aponta.

A construção da greve nacional está mobilizando professores de instituições federais de ensino de todo o país. Além da UnB, docentes de outras universidades e institutos federais já aprovaram a deflagração de greves, como na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e no

Instituto Federal do Sul de Minas Gerais.

Diante da pressão, o governo abriu uma mesa de negociações específica para a categoria e sinalizou que fará uma contraproposta para a educação. Em comunicado, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) diz que há uma “falácia do discurso do governo”.

Outras categorias

Com a abertura de uma brecha para a educação, servidores de outras categorias cobram um posicionamento do governo sobre o reajuste salarial. Para as demais carreiras, foi oferecido apenas um aumento nos benefícios em 2024, como auxílios educação e saúde. Os sindicatos

têm até sexta-feira para responder à proposição.

Para avançar nas negociações, o governo está contando com uma parte dos R\$ 15,7 bilhões em gastos extras no Orçamento, aprovados pela Câmara dos Deputados na semana passada. Segundo o economista Benito Salomão, o impacto orçamentário desse montante será

modesto. “Esse valor, em termos do Orçamento da União, não é tão relevante, porém ele pode fazer falta para fechar a meta fiscal do ano”, afirma.

Salomão destaca, ainda, que, no caso da educação, o funcionalismo vem de uma década praticamente sem reajuste. “Houve uma perda real de salário dos professores das universidades,

pesquisadores e dos institutos federais, que foi muito significativa entre 2015 e 2022. Os servidores da educação precisam ser contemplados dentro do Orçamento. Não dá para você continuar essa política da década anterior de congelar, de perdas salariais reais para esse pessoal, porque é um pessoal essencial para o país”, explica o economista.



Trata-se de um pedido justo, porque há bastante tempo não tem qualquer tipo de reajuste. Considerando a inflação desse período, há uma perda significativa de poder aquisitivo, que é realmente sentido por essas classes de trabalhadores”

César Bergo,
professor da UnB

REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso retoma discussão sobre cesta básica

» RAFAELA GONÇALVES

Um dos principais pontos da reforma tributária sobre o consumo, a cesta básica nacional, segue em aberto. As discussões sobre o tema serão retomadas nesta semana pelo Congresso Nacional, que deve decidir quais produtos terão isenção, quais terão alíquota menor e quais serão taxados normalmente.

O dispositivo complementar acabou se tornando um dos pontos mais polêmicos do novo regime tributário e um embate com a indústria de alimentos. O governo criou em março uma nova cesta básica, composta por alimentos in natura e minimamente processados. O decreto estabelece que itens com mais de cinco ingredientes no rótulo, conservantes e aromatizantes artificiais, não devem fazer parte.

Inicialmente, o Senado havia criado duas listas de produtos, uma primeira com alíquota zero, para itens básicos e uma segunda lista chamada de cesta básica estendida, com alíquota reduzida para 40% da alíquota-padrão e mecanismo de cashback (devolução parcial de tributos) a famílias

de baixa renda. A proposta também não teve definição.

A Associação Brasileira de Supermercados (Abas) entregou uma lista controversa sobre os itens que deveriam ser desonerados, incluindo foie gras (figado gordo de pato ou ganso), bacalhau, trufas (fungos subterrâneos, ingrediente caro usado em pratos e doces requintados), camarões e lagostas.

Para a advogada tributarista Mariana Valença, do Murayama, Afonso Ferreira e Mota Advogados, a Abas está dando uma interpretação extensiva do decreto do governo. “A cesta básica foi criada para garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, à saúde e ao bem-estar da população brasileira, devendo estar de acordo com as necessidades alimentares especiais e ser acessível do ponto de vista físico e financeiro, ou seja, devem ser incluídos os alimentos básicos consumidos pela maioria da população”, destaca.

Valença definiu como crucial que haja um esforço para esclarecer critérios e diretrizes específicas para aplicação da cesta básica. “A fim de minimizar conflitos e garantir uma interpretação consistente

da lei por parte de todos os envolvidos, de modo a evitar interpretações extensivas, por exemplo, a pretensão de incluir alimentos de luxo no benefício. Um bom limitador seria criar valores de referências dos produtos”, acrescenta.

Ao **Correio**, o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), João Dornellas, entidade mencionada no documento da Abas, afirmou que a indústria não sugeriu nenhum alimento para a lista e apenas recomendou as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), que devem considerar as tradições culinárias do Brasil, respeitando a cultura alimentar de cada região. “Em nenhum momento propomos qualquer item, a nossa proposta é que a cesta básica a ser definida pela reforma leve em consideração as necessidades de energia para cada nutriente”, afirma.

Ultraprocessados

Também está em discussão na reforma um imposto seletivo que incida sobre bebidas alcoólicas, produtos para fumar, derivados ou não do tabaco, alimentos

ultraprocessados e agrotóxicos. Apelidada de “imposto do pecado”, a tributação também enfrenta resistência do setor produtivo, e a indústria defende que não há evidências confiáveis disponíveis para tirar quaisquer conclusões sobre os riscos dos alimentos ultraprocessados e seus efeitos.

Dornellas criticou o “terrorismo nutricional” criado em torno do tema, visto que a definição do ultraprocessado é estipulada por formulações industriais feitas tipicamente com cinco ou mais ingredientes. “Quando se fala em ultraprocessados se pensa em refrigerante, salgadinhos, bolacha, são itens do senso comum. As pessoas nem imaginam que muitos dos itens que elas consomem em casa vão ser enquadrados nessa categoria, como iogurtes, pão de forma, é muito amplo e querem colocar os ultraprocessados como um grande vilão”, afirma.

O presidente da Abia citou o caso do México, que em 2014, subiu de 17% para 28% o imposto sobre bebidas açucaradas e alimentos ultraprocessados. “É claro que defendemos uma cesta básica com itens naturais, mas a tributação

imposta em outros países não fez com que a obesidade e o consumo diminuíssem. O México, por exemplo, continua em segundo lugar em sobrepeso no ranking da OMS. É uma prova de que querer tributar mais não é o caminho, culpando os ultraprocessados. Tributar ainda mais é aumentar o preço da comida para todos”, defende.

Rodrigo Petros, pesquisador de engenharia de alimentos da Universidade de São Paulo (USP), avalia que a proposta de qualificação de alimentos com base no nível de processamento e quantidade de ingredientes, conhecida como Nova, tem uma definição muito vasta, que inclui, por exemplo, alimentos como cereais matinais, pão integral e refeições vegetarianas. “É baseada na suposição de que todos os alimentos fabricados comercialmente têm baixo valor nutricional, promovem ganho de peso e doenças crônicas nos consumidores, pois contêm açúcar, sal e aditivos”, comenta.

Essa generalização, segundo ele, ignora benefícios comprovados por dietas escolhidas com a combinação correta de alimentos em todos os níveis de processamento.

Imposto zero

Lista de alimentos que devem ter isenção

- » Proteínas animais (carnes em geral), leite e laticínios, margarina, ovos de aves e mel natural
- » Produtos hortícolas, frutas e hortaliças
- » Café, chá, mate, especiarias e infusões
- » Trigo e milho, farinhas de trigo, milho, rosca e mandioca; demais farinhas de outros vegetais
- » Pães, biscoito, bolos e misturas próprias; massas alimentícias
- » Molhos preparados e condimentos
- » Açúcares, sal, óleos e gorduras
- » Arroz, feijão e outras leguminosas
- » Sucos naturais e água mineral
- » Castanhas e nozes (oleaginosas)